

No cumprimento da função fiscalizadora:

A Assembleia Legislativa no exercício das suas funções de fiscalização orçamental e de finanças públicas, conforme competências conferidas na Lei Básica, aprovou a Lei n.º19/2018 (Lei do Orçamento de 2019) e apreciou o Relatório sobre a Execução do Orçamento do Ano de 2017 e o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2017, apresentado pelo Governo e, tendo ouvido e debatido, ainda, o Relatório das Linhas de Acção Governativa de 2019 apresentado pelo Chefe do Executivo. A par disso, no decurso do período normal de funcionamento, os deputados apresentaram 673 interpelações escritas e 87 orais, e foram realizadas dez sessões plenárias destinadas a estas últimas. No decurso das sessões plenárias e no período de antes da ordem do dia, os deputados apresentaram um total de 296 intervenções sobre assuntos relativos à política habitacional, transportes públicos, cuidados médicos e saúde, economia, cultura, ciência e tecnologia, educação, administração pública, segurança social entre outros. Por outro lado, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas e a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública acompanharam todas as matérias importantes na área da acção governativa e respectivas leis aplicáveis, elaborando 13 relatórios e devidos pareceres. Além disso, com vista a conhecer melhor a acção governativa, durante a sessão legislativa, os deputados à Assembleia Legislativa efectuaram visitas ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação Guangdong-Macau em Hengqin e ao Centro de Controlo de Operação do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro, para que os trabalhos de fiscalização correspondam à realidade, conduzindo a uma maior eficácia.

A transmissão e auscultação de opiniões, propostas e críticas de diversa natureza formuladas pelos residentes, bem como a resposta atempada às demandas sociais aos requerimentos apresentados pela população constituem também atribuições do órgão legislativo. No decurso da sessão legislativa em curso, a Assembleia Legislativa continuou a reforçar o serviço de atendimento rotativo ao público por deputados, tendo 30 residentes sido atendidos presencialmente e 116 residente apresentaram à Assembleia Legislativa as suas opiniões e propostas por via telefónica e correio electrónico, entre outras. Para além disso, houve ainda residentes e associações que apresentaram, sucessivamente, ao longo desta sessão legislativa, 12 petições, que foram alvo do devido seguimento, consoante os termos concretos de cada caso.

O CCAC Atribui Igual Importância ao Combate à Corrupção e à sua Prevenção e o CA Actualizou e Modificou o Programa Informático de Auditoria



Em 2019, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) continuou a pautar o seu trabalho pela legalidade e seguindo a orientação da mesma valorização da repressão e da prevenção da corrupção, assegurando efectivamente o cumprimento da sua missão no combate à corrupção e na promoção da integridade. No âmbito do combate à corrupção, foi desenvolvido um esforço com base numa atitude pragmática face à procura da verdade e num espírito de persistência, combatendo, com toda a firmeza, actos de corrupção nos serviços públicos e em entidades privadas. No âmbito da provedoria de justiça, houve um empenho na fiscalização do funcionamento dos serviços públicos, prestando-se especial atenção às áreas a que a sociedade presta mais importância, tratando os actos administrativos ilegais ou irregulares atempadamente e apresentando sugestões para a sua correcção. Para além disso, o CCAC participou também activamente nos trabalhos relativos à avaliação da conformidade com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e foram reforçadas as capacidades profissionais do pessoal através da participação em conferências, reuniões e actividades de formação a nível internacional e regional. Acções de promoção dos valores de integridade foram igualmente desenvolvidas de forma regular e diversificada, com o intuito de expandir a rede de relações comunitárias e angariar o apoio da população em geral na construção de uma sociedade íntegra.

Em 2019, o CCAC recebeu um total de 584 queixas e denúncias, e 1089 pedidos de consulta e de informação sobre diferentes matérias. Até final de 2019, foram instruídos 111 processos no âmbito do combate à corrupção e 473 processos no âmbito da provedoria de justiça. Somando os casos transitados do ano anterior, 752 casos foram concluídos pelo CCAC em 2019. Destes, a Direcção dos Serviços contra a Corrupção encaminhou 15 para o Ministério Público, dois para outros serviços públicos e 170 foram arquivados. No âmbito da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça, em 76 casos foram detectadas ilegalidades ou irregularidades administrativas, e foram emitidas sugestões ou recomendações com vista à sua regularização dirigidas aos respectivos serviços públicos e 489 casos foram arquivados.

Em 2019, 319 queixas e denúncias foram apresentadas de forma anónima, destas, 213 casos foram arquivados pelo CCAC devido à impossibilidade de obter informações necessárias a uma investigação mais aprofundada em virtude do seu anonimato.

No que se refere às acções de divulgação e sensibilização, o CCAC deu continuidade à realização dos vários tipos de acções de sensibilização para a integridade destinadas aos diferentes grupos da sociedade. Em 2019, foram organizadas 458 palestras e colóquios, contando com a participação de 27.272 pessoas, dirigidas maioritariamente aos trabalhadores da função pública, a membros de associações, a trabalhadores de estabelecimentos comerciais, a jovens e estudantes do ensino secundário e primário, entre outros. Também em 2019, a actividade “Uma Nova Geração Criativa e Honesta - Concurso de Colagem para Pais e Filhos/Concurso de Pintura Criativa” e uma exposição itinerante dos trabalhos premiados foram realizadas pelo CCAC e, a par disso, foi lançado uma edição do material didáctico “Pensar e Actuar” dirigido ao ensino secundário complementar para uso nas escolas.

As duas delegações do CCAC na Areia Preta e na Taipa continuaram a desenvolver as suas funções relativamente à recepção de queixas e denúncias, bem como à promoção comunitária. Em 2019, o número de queixas e denúncias, e de pedidos de consulta e de informação recebidos nestas duas delegações totalizou 537.

Quanto ao intercâmbio com o exterior, o CCAC enviou delegações para realizarem visitas às Comissões de Fiscalização da Província de Guangdong, e dos municípios de Chongqing e Zhongshan, ao Departamento de Segurança Pública da Província de Zhejiang e ao Colégio da Polícia de Zhejiang. A par disso, uma delegação do CCAC deslocou-se ao município de Guangzhou onde participou numa reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização da Província de Guangdong e a Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, tendo ali sido abordados conjuntamente temas relativos às acções de cooperação em prol da promoção da integridade na zona da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. O CCAC enviou também pessoal a Viena, Áustria, para participar na 10.^a Conferência Anual e Sessão Plenária da Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção (IAACA); a Hong Kong para participar no 7.^o Simpósio da Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong; a Istambul, Turquia, para participar na 2.^a Conferência Internacional de Ombudsman de Istambul e na 16.^a Assembleia Geral da Associação do Ombudsman Asiático (AOA); a Viena, Áustria, para participar, juntamente com a delegação nacional, nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; a Singapura para participar no 5.^o Simpósio sobre Regulação de Jogos e Crime; a Canberra, Austrália, para participar na 22.^a Reunião Plenária Anual do Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais. Para além disso, em 2019, foram recebidas, pelo CCAC, delegações do ICAC de Hong Kong, da Provedoria da Justiça de Hong Kong, da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, do Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste e da Comissão Anti-Corrupção do Bangladesh, entre outras, trocando-se, de forma activa, experiências profissionais e abordando-se orientações relativamente ao desenvolvimento da cooperação mútua.

O CCAC adoptará o lema de governação «Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação» do V Governo da RAEM; planeará, com seriedade, o desenvolvimento a longo prazo da construção de uma sociedade íntegra, bem como o que respeita à organização interna e a afectação do pessoal do CCAC; fortalecerá a consciência dos trabalhadores da função pública relativamente ao cumprimento da disciplina e da lei; realizará, de forma contínua, acções de sensibilização

para a integridade destinadas aos cidadãos de Macau; empenhar-se-á, esforçadamente, no desenvolvimento de áreas de continuidade e de conexão, relativamente ao trabalho de supervisão, entre o CCAC e o Comissariado de Auditoria; tratará e acompanhará, de forma rigorosa e de acordo com a lei, as queixas dos cidadãos apresentadas contra os serviços públicos; bem como apurará as responsabilidades dos trabalhadores da função pública e encaminhará, de acordo com a lei, para julgamento aqueles que violarem a disciplina e a lei, no sentido de defender e promover a imagem de integridade e de justiça do Governo da RAEM.

Relatórios de auditoria



Em 2019, o Comissariado da Auditoria (adiante designado por CA) divulgou dois relatórios, incluindo o relatório de Auditoria de Resultados (Regime de recrutamento e selecção de trabalhadores para a Administração Pública) e o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2018.

O relatório de auditoria de resultados "Regime de recrutamento e selecção de trabalhadores para a Administração Pública" foi realizado com o objectivo de avaliar as reformas do regime de recrutamento e selecção de trabalhadores para a Administração Pública implementadas pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (adiante designado por SAFP) até Outubro de 2018, a execução e gestão dos concursos centralizados realizados sob o Regime de 2011 e os concursos de gestão uniformizada realizados sob o Regime de 2016 e, ainda, apresentar sugestões para o seu melhoramento.

Ao rever a evolução do regime de recrutamento e selecção de trabalhadores para a Administração Pública, entre 2011 e 2017, entraram em vigor três regimes. Durante esse período, foram alteradas uma Lei e um Regulamento Administrativo e revogado um Regulamento Administrativo. Assim, não só fez com que os serviços interessados no recrutamento e os candidatos não consigam adaptar-se às constantes mudanças de orientações do SAFP, como também os problemas continuaram a existir no regime, nomeadamente, a morosidade no recrutamento de pessoal, a afectação inadequada de trabalhadores, a repetição de candidaturas e os elevados custos de recrutamento.

O referido relatório de auditoria de resultados revela que os concursos abertos entre 2012 e 2014, isto é, durante a vigência do Regime de 2011, envolveram um custo de 5.503.127,90 patacas. Já durante o Regime de 2016, de acordo com as informações facultadas pelo SAFF e os serviços interessados no recrutamento de pessoal relativamente à abertura de concursos para três carreiras, as despesas totalizaram as 31.637.009,45 patacas. Devido a arranjos impróprios no processo de elaboração de regimes, resultados de concretização, custo e eficácia do procedimento concursal, causou a ocorrência de desperdício de recursos e de que os serviços interessados no recrutamento não seriam funcionados em normal, fazendo com que o regime de recrutamento que era rigoroso e fiável, acabou por se revelar ineficaz.

Intercâmbio na área de auditoria

Em 28 de Março, uma delegação chefiada pela auditora-geral do Gabinete da Auditoria Nacional (GAN), Hu Zejun efectuou, uma visita ao CA, na qual se reuniu com o comissário da Auditoria, Ho Veng On, e encontrou-se com a equipa profissional do CA. A auditora-geral, Hu Zejun, ouviu durante a visita uma apresentação sobre a aplicação pragmática do “Programa Informático de Auditoria in loco” na auditoria de resultados, sobretudo, o efeito na análise e processamento de mega dados. A delegação do GAN teve posteriormente um encontro com mais de 80 funcionários técnicos do CA para trocar opiniões sobre a aplicação do “Programa Informático de Auditoria in loco (edição de Macau)”, a partilha de experiências dos formados em vários cursos de formação organizados pelo GAN, a cobertura integral da auditoria e prioridades de mega dados na auditoria, o desenvolvimento actual da 3.ª fase do “projecto de auditoria de ouro” (sistema informático), bem como a capacitação da sua equipa.

Em Maio, os membros da directoria do Instituto Rui Barbosa (IRB) do Brasil efectuaram uma visita ao CA. O comissário da Auditoria, Ho Veng On, reuniu-se com o seu presidente, conselheiro Ivan Bonilha, tendo trocado opiniões sobre o desenvolvimento do CA e a promoção da boa governança através da auditoria.

Entre 5 e 7 de Junho, o CA, representado pelo comissário da Auditoria, Ho Veng On, participou, na qualidade de observador, no VI Seminário da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP) que decorreu na cidade da Praia, capital de Cabo Verde. Durante o seminário, Ho Veng On trocou ideias com representantes provenientes de vários lugares sobre o tema e fez uma apresentação sobre a situação actual de Macau na sessão de partilha de experiências.

Nos dias 23 a 28 de Setembro, o comissário da Auditoria, Ho Veng On, a convite do GAN e enquanto membro da delegação da República Popular da China, esteve em Moscovo para participar no XXIII Congresso da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INCOSAI). Durante o Congresso, Ho Veng On acompanhou a auditora-geral do GAN, Hu Zejun, nos diversos encontros e reuniões de trabalho com os dirigentes máximos das instituições congéneres, tendo trocado opiniões sobre a gestão e o desenvolvimento das instituições de auditoria.

No dia 6 de Novembro, na cidade de Huizhou, província de Guangdong, teve lugar o “VI Fórum de Auditoria Guangdong-Hong Kong-Macau 2019” organizado pelo Departamento de Auditoria daquela província. A convite da entidade organizadora, o comissário da Auditoria, Ho

Veng On, participou no referido evento, chefiando uma delegação do Comissariado de Macau, e partilhou com a representante do Gabinete da Auditoria Nacional, Zhou Wenhua, o director da Auditoria de Hong Kong, Chu Nai-cheung, e o chefe do Departamento de Auditoria de Guangdong, Lu Rongchun, impressões sobre o papel da auditoria na promoção do desenvolvimento da Grande Baía. O director dos Serviços de Auditoria do Comissariado de Macau, Neoh Hwai Beng, apresentou também uma comunicação intitulada "Breve apresentação sobre o papel da auditoria na promoção do desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau".

A convite do Tribunal de Contas de Portugal, entidade organizadora, o comissário da Auditoria, Ho Veng On, chefiando uma delegação do CA, participou no 1.º Seminário da EUROSAI-AFROSAI, e na celebração dos 170 anos da entidade organizadora, bem como dos 630 anos desde a sua origem como Casa dos Contos, nos dias 21 e 22 do Novembro, em Lisboa.

Actualização e modificação do «Programa Informático de Auditoria in loco»

Com a publicação da Lei do Enquadramento Orçamental e a sua entrada em vigor, o Governo da RAEM implementou o novo regime de contabilidade pública, e o CA teve de actualizar, por esse motivo, o Despacho do Comissário da Auditoria, por forma a recolher com eficiência e eficácia as contas e informações financeiras dos sujeitos a auditoria. Como as funcionalidades do programa de auditoria actual não se coaduna no seu todo com os requisitos do novo regime financeiro, o CA assumiu uma atitude pró-activa celebrando um Memorando de Cooperação com o Centro de Tecnologia Informática do Gabinete de Auditoria Nacional e constituindo como mandatário o Centro de Tecnologia Informática para assegurar uma plena fiscalização técnica de actualização e modificação do "Programa Informático de Auditoria in loco", trabalho este já iniciado conforme plano estabelecido.

Para dar execução às directrizes delineadas nas linhas de acção governativa quanto à promoção do Governo Electrónico, o CA desenvolveu por si próprio um "Programa Informático para Verificação de Dados Electrónicos" em resposta ao novo regime de contabilidade pública para uso dos serviços públicos.

Formação ao pessoal

Para elevar os conhecimentos profissionais do pessoal de auditoria, em 2019, o CA realizou, em conjunto, com a Associação de Auditores de Contas Registados de Macau, o curso de formação intitulado "Teorias e Práticas de Gestão de Obras", e com Centro de Formação Jurídica e Judiciária, o "Curso sobre Aperfeiçoamento do Procedimento Administrativo", o "Curso Sobre Introdução ao Regime Jurídico de Aquisição de Bens e Serviços", o "Curso sobre Introdução ao Regime de Administração Financeira Pública" e o "Curso sobre Aperfeiçoamento do Regime de Administração Financeira Pública". Além disso, o CA enviou pessoal a Nanjing para participar no curso de "Auditoria Informática - nível intermédio", realizado pelo GAN, permitindo-lhes assim a actualização atempada do conhecimento de auditoria e aplicados nos trabalhos de auditoria com vista à execução mais eficaz das tarefas de auditoria.

Divulgação e sensibilização

No domínio de divulgação, o CA deu continuidade aos “Encontros sobre a cultura de auditoria” dirigidos a participantes dos cursos de promoção das Forças de Segurança, a trabalhadores recém-admitidos na Função Pública, a associações sociais e a serviços públicos para promover a aplicação adequada do erário público. No ano findo, o CA realizou um total de 31 sessões, com cerca de 920 participantes.

Tribunais Insistem na Justiça no Julgamento de Causas Judiciais e Ministério Público Salvaguarda o Estado de Direito



Processos tratados pelos tribunais das três instâncias

2019	Tribunal de Última Instância	Tribunal de Segunda Instância	Tribunal Judicial de Base (incluindo o Juízo de Instrução Criminal)	Tribunal Administrativo	Total
Processos recebidos	144	1362	20.547	222	22.275
Processos concluídos	172	1491	20.720	206	22.589
Processos pendentes	48	596	12.384	119	13.147